

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.909 - SC
(2018/0217481-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : BRUNO FERNANDES DOS SANTOS
ADVOGADO : BRUNO FERNANDES DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SC032875
EMBARGADO : FYLLUS FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : FÁTIMA MEDEIROS DOS SANTOS - SC037250
INTERES. : CENTER PRE MOLDADOS LTDA
REPR. POR : DAVI PRIM
ADVOGADO : BRUNO FERNANDES DOS SANTOS - SC032875

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão de e-STJ fls. 611/619, que conheceu do agravo e deu provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do conteúdo econômico perseguido na execução.

O advogado recorrente se volta contra a referida decisão, alegando omissão quanto aos honorários decorrentes de recurso.

Sustenta que a verba honorária teria sido fixada em patamar mínimo de 10% (dez por cento) e que para fazer valer seu direito teve que interpor apelação, recurso especial e agravo em recurso especial.

Invoca o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Não houve resposta ao recurso (certidão fl. 627).

Relatados, passo a decidir.

A pretensão veiculada no presente recurso é unicamente a sua reforma de mérito para efeitos de elevação da verba honorária, não havendo que se falar em vício de julgamento ou de qualquer das hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Ademais, registre-se que a jurisprudência desta Corte Superior é contrária à pretensão do recorrente, sendo cabível a elevação de honorários somente nos casos em que negado provimento aos recursos especiais. No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BASE DE
CÁLCULO. GRADAÇÃO. ART. 85, PARÁGRAFO 2º DO CPC.
INTERESSE RECURSAL. VALOR DA CAUSA É IDÊNTICO

AO PROVEITO ECONÔMICO. HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. INCABÍVEL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 85, parágrafo 2º do CPC/2015 prescreve uma ordem de gradação que deve ser utilizada no momento estipulação da base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais: (1) o valor da condenação; (2) proveito econômico obtido (e não o pretendido); ou (3) o valor atualizado da causa, quando não for possível mensurar o proveito econômico obtido. Somente se avança para a base de cálculo seguinte se a hipótese sub judice não se enquadrar na anterior.

2. Inexiste interesse recursal à parte quanto à fixação da base de cálculo da verba honorária quando o valor da causa é idêntico ao valor do proveito econômico.

3. De acordo com o posicionamento da Segunda Seção (Resp 1.539.725), é devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do artigo 85, parágrafo 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: (a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo CPC;

(b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; (c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

4. A jurisprudência do STJ é no sentido que a majoração da verba honorária só ocorrerá nos casos de improvimento ou não conhecimento do recurso, em favor da parte adversa (AgInt no AREsp 1432700/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019).

5. No caso dos autos, o recurso especial foi provido, reformando o acórdão da Corte de origem, hipótese em que não há fixação de honorários recursais, mas apenas livre fixação de honorários sucumbenciais por parte do julgado, desde que obedecidos os parâmetros do art. 85 do CPC.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1420227/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO E

FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

2. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO EM CASO DE NÃO CONHECIMENTO INTEGRAL OU DE DESPROVIMENTO DO RECURSO PELO RELATOR OU PELO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE. DECISÃO AGRAVADA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional.

2. O entendimento desta Corte é no sentido de que, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

3. A jurisprudência deste Tribunal dispõe que a majoração da verba honorária, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, só se mostra cabível na hipótese de não conhecimento integral ou de desprovimento do recurso. Precedentes. Na hipótese, não prospera a pretensão da agravante, uma vez que o seu recurso especial foi parcialmente provido.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1761910/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2019, DJe 18/09/2019)

Assim, inviável o pleito veiculado pelo ora recorrente, eis que desprovido de pretensão integrativa, mas mera impugnação de mérito à decisão embargada.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora